

Projeto de Serra limita verba do futuro Governo

Arquivo/19-10-87

BRASÍLIA — O futuro Presidente da República poderá ter os gastos do governo limitados no primeiro ano de mandato, se for aprovado amanhã o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Deputado José Serra (PSDB-SP), Relator na Comissão Mista de Orçamento do Congresso. Serra transformou a versão do Governo, que já era rígida, em um verdadeiro garrote fiscal, com o objetivo de reduzir despesas e aumentar a arrecadação.

— O setor público está quebrado e ainda tem gente querendo chupar os ossinhos — desabafa o Deputado.

Para reduzir as resistências aos grandes cortes, como nos incentivos fiscais, que este ano deverão drenar US\$ 5 bilhões dos cofres públicos (1,5% do Produto Interno Bruto - PIB), Serra está atacando também nos pequenos gastos, como automóveis, imóveis e propaganda, que embora representem pouco no Orçamento têm grande impacto psicológico junto ao contribuinte.

A austeridade, segundo o Deputado, é justificada pelo desempenho do setor público este ano, quando as despesas deverão atingir 26,9% do PIB, incluindo as transferências a Estados e Municípios e despesas vinculadas. Em contrapartida, a arrecadação para cobrir esses gastos não ultrapassará 17,4% do PIB, o que representará um desequilíbrio orçamentário de 9,5% do PIB.

Serra adverte que para o próximo ano, se não forem adotadas medidas duras, este desequilíbrio aumentará, atingindo 11% do PIB. Segundo o Deputado, a grande dificuldade de fazer os ajustes é que apenas 5,6% do Or-



José Serra defende austeridade para conter desequilíbrio orçamentário

çamento Geral da União podem ser emendados pelo Congresso, ou manuseados com liberdade pelo Governo. O restante está vinculado, sendo destinado obrigatoriamente aos Estados e Municípios (13,6%), pagamento de pessoal e encargos sociais (17,2%)

e do serviço da dívida (15,3%). Somente aí ficam comprometidos 46,2%. Restam 48,2% para despesas de seguridade social, financiamentos para a agricultura e a indústria, investimentos, educação e custeio da máquina pública.